



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 16045.000171/2010-32
Recurso n° 000.000 Voluntário
Acórdão n° 2403-000.929 – 4ª Câmara / 3ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de dezembro de 2011
Matéria CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA
Recorrente DUBUIT PAINT TINTAS E VERNIZES LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/01/2005 a 31/01/2006

IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA. NÃO CONHECIMENTO PELA PRIMEIRA INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DO CARF MANIFESTAR-SE ACERCA DO MÉRITO.

Sendo a impugnação apresentada fora do prazo legal previsto, não há como a 1ª instância conhecer da defesa ofertada, o que impossibilita o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em sede de 2ª instância, apreciar o *meritum causae*, tendo em vista que este nem sequer foi analisado pela turma julgadora *a quo*.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Carlos Alberto Mees Stringari – Presidente.

Cid Marconi Gurgel de Souza – Relator.

Participaram do presente julgamento os conselheiros Carlos Alberto Mees Stringari, Ivacir Júlio de Souza, Paulo Maurício Pinheiro Monteiro, Cid Marconi Gurgel de Souza e Marcelo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 16/12/2011 por CID MARCONI GURGEL DE SOUZA, Assinado digitalmente em 16/

12/2011 por CID MARCONI GURGEL DE SOUZA, Assinado digitalmente em 06/02/2012 por CARLOS ALBERTO MEES

STRINGARI

Impresso em 05/03/2012 por MARIA MADALENA SILVA - VERSO EM BRANCO

Magalhães Peixoto. Ausente o conselheiro Marthius Sávio Cavalcante Lobato (substituído pelo conselheiro Igor Araujo Souza).

CÓPIA

Relatório

Trata-se de recurso voluntário contra decisão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campinas/SP que julgou PROCEDENTE o lançamento constante no Auto de Infração nº 37.037.047-3, sendo aplicada a multa no valor de R\$ 5.339,28 (cinco mil, trezentos e trinta e nove reais e vinte e oito centavos).

Conforme relatório fiscal às fls. 02 e 03, a auditoria identificou que a empresa apresentou GFIP com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias. Ainda no relatório fiscal, foi informado que o contribuinte infringiu o previsto na Lei 8.212/91 artigo 32, inciso IV, parágrafo 5, também acrescentados pela Lei 9.528/97, combinado com o artigo 225, IV, parágrafo 4, do Regulamento da Previdência Social-RPS, aprovado pelo decreto 3.048, de 06/05/99.

Desta autuação, a recorrente foi notificada em **10/05/10** e apresentou impugnação intempestiva às fls. 83 a 86, alegando que apresentou impugnações decorrente da mesma ação fiscal com relação a outros autos de infrações, e, se estas forem providas, não haverá descumprimento de obrigação acessória que exija pagamento de multa.

Instada a manifestar-se acerca da impugnação, a 7ª Turma da DRJ de Campinas/SP proferiu acórdão (nº 05-32.801) nos seguintes termos:

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Período de apuração: 01/01/2005 a 31/01/2006

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA: DECLARAR EM GFIP TODOS OS FATOS GERADORES DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.

ARGUIÇÃO DE TEMPESTIVIDADE

Em observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, a assertiva peremptória do cumprimento do prazo legal para apresentação de Impugnação foi recebida como arguição de sua tempestividade, mas se encontra desacompanhada das razões de fato e direito. Considerando o desencadeamento cronológico dos fatos e aplicando-se as regras de contagem do prazo do Decreto 70.235/1972, o prazo para apresentação da Impugnação foi excedido. Ocorrência da revelia.

Impugnação Não Conhecida

Crédito Tributário Mantido

Irresignada com a decisão supra e, intimada a apresentar sua manifestação junto ao CARF, a recorrente interpôs recurso voluntário, alegando em síntese:

- *Que inexistente prova cabal embasadora da aplicação de multa, trazendo para fundamentar seu pleito, doutrina e princípios constitucionais, tais como o princípio do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório;*
- *Que os fatos vertidos no auto de infração em tela, por possuírem cunho probatório, deveriam ser determinados, isto é, apresentados com características suficientes que os distinguissem de outros fatos semelhantes;*
- *Que o fato indeterminado ou indefinido é insuscetível de prova, não bastando apenas a demonstração da regra matriz tributária para realizar-se a incidência de determinado tributo, faz-se necessário que o evento descrito no lançamento seja disciplinado por meio de uma norma individual e concreta que descreva perfeitamente a relação bem como os sujeitos da relação e seu exato objeto.*

Por fim, requereu o conhecimento e provimento do recurso voluntário para reformar a decisão de 1 instância, julgando improcedente o lançamento realizado pela fiscalização, bem como a necessidade de ser realizada diligência administrativa para serem verificados outros documentos não analisados inicialmente sob pena de cerceamento de defesa.

Requereu ainda a sua intimação para sustentar seus argumentos oralmente quando do julgamento do presente recurso.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Cid Marconi Gurgel de Souza, Relator.

I – DA IMPOSSIBILIDADE DO MÉRITO SER ANALISADO PELO CARF:

Segundo os autos, a recorrente foi notificada da autuação em 10/05/2010 (segunda-feira) mediante Aviso de Recebimento, ficando estipulado o prazo para entrega da defesa em 09/06/2010 (quarta-feira). Entretanto, a impugnação foi apresentada em 10/06/2010 (quinta-feira), o que impossibilitou seu conhecimento em 1 instância pela DRJ de Campinas/SP.

Por tal motivo, foi apresentado o presente recurso voluntário, que não suscitou, em sede de preliminar, a tempestividade da peça recursal.

Sendo assim, considerando que uma das competências do CARF é apreciar recurso voluntário contra decisão de 1 instância e, considerando que o *decisum a quo* foi no sentido de não conhecer da impugnação intempestiva do contribuinte, entendo que a este Conselho cabe tão somente manter ou reformar essa decisão, exclusivamente, na parte relativa à perempção da defesa apresentada.

Desse modo, analisando cronologicamente os atos processuais, verifica-se que a defesa foi apresentada fora do prazo, não instaurando, segundo previsão legal do Decreto n 7.574/2011, a fase litigiosa do procedimento fiscal, *in verbis*:

Art.56 – (...)

(...)

§2º Eventual petição, apresentada fora do prazo, não caracteriza impugnação, não instaura a fase litigiosa do procedimento, não suspende a exigibilidade do crédito tributário nem comporta julgamento de primeira instância, salvo se caracterizada ou suscitada a tempestividade, como preliminar.

Além disso, por mais que a defesa fosse considerada apta a formar o litígio tributário, ainda assim não seria possível ser feita em 2 instância a apreciação e o julgamento do *meritum causae*, haja vista que o mérito não foi sequer analisado pela turma julgadora de 1 instância, que rejeitou o conhecimento da impugnação pela intempestividade.

Assim, entendo que o recurso possua os pressupostos processuais (interesse de recorrer, legitimidade da parte e tempestividade) para ser analisado pelo CARF, mas seu provimento ou não fica vinculado à decisão de 1 instância, que, por sua vez, não adentrou ao mérito e impossibilitou essa análise pelo colegiado de 2 instância.

CONCLUSÃO:

Voto pelo CONHECIMENTO do recurso voluntário para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão proferida em 1 instância.

É como voto.

Cid Marconi Gurgel de Souza.